

Debate de urgência | “Investigação, Conhecimento e Política de Ciência” | Zuraída Soares | Intervenção inicial

Três sucintos pontos de partida:

“A investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são os principais impulsionadores da competitividade, do crescimento económico e do emprego de uma região (portanto, também da nossa), contribuindo decisivamente para a riqueza e bem-estar social” – belas palavras e melhores considerações do preâmbulo do documento que estabelece o ‘Regime Jurídico do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores’.

A esta evidente constatação acresce o facto indelével dos Açores “constituírem um laboratório natural para o desenvolvimento da investigação científica em domínios de excelência, cuja relevância importa potenciar no quadro do Espaço Europeu de Investigação” – outra simples constatação, presente nos considerandos de um outro documento, desta feita, o “Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação”.

Terceira e última citação, nesta fase: “(...) a formação qualificada e o emprego científico são fundamentais para a promoção das actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, constituindo-se como um dos pilares da modernização e do crescimento económico” e “(...) o desenvolvimento de actividades especializadas em contexto de investigação e a formação avançada são essenciais para a consolidação do sistema científico e tecnológico regional” – Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, há apenas uma semana atrás.

Simultaneamente, será pacífico afirmar que todo o pensamento crítico implica interrogar de forma ampla e integrada os processos de construção e de partilha de conhecimento – conhecimento este que sempre foi, é e será (não o esqueçamos) ‘poder’, ‘riqueza’ e ‘progresso’, obviamente, de teor emancipatório, porque democrático e cada vez mais global.

Dito assim, tudo parece fazer sentido e seria expectável que, com premissas tão clara e clarivamente estabelecidas, à acção política mais não restasse do que criar e regulamentar as condições necessárias para passar da teoria à prática.



I Grupo Parlamentar I



Ora, se estivermos a falar – e estamos! - da Investigação, Conhecimento e Política de Ciência, na Região Autónoma dos Açores, a evidência fenece perante a realidade.

Se não, vejamos:

Nos últimos anos, muito se tem falado das ciências do mar. Contudo, pouco ou nada se tem feito para a sua concretização. Esta situação é particularmente gravosa para os Açores, que é responsável pela maior área de soberania marítima do país, a qual pode vir a aumentar, caso a ONU prove a extensão da plataforma atlântica, elevando para cerca de 2,6 milhões de quilómetros quadrados a área do mar da nossa região. De facto, tendo em conta estas novas oportunidades, os últimos anos foram inclusivamente marcados por uma regressão, na disponibilidade dos instrumentos para o estudo do mar e das suas potencialidades, exactamente ao contrário do desejável e obrigatório, atento o facto de, a cada dia que passa, surgirem sinais do interesse das grandes empresas internacionais pela prospecção dos fundos marinhos do nosso mar.

Por outro lado, a capacidade da Região para fiscalizar esta actividade de prospecção e, mais relevante, a capacidade para avaliar os seus impactos, garantindo a manutenção dos habitats e ecossistemas é, no momento, praticamente, nula. Esta fragilidade expõe o mar dos Açores a uma futura exploração sem controle, com todos os riscos – ambientais e outros – inerentes a uma exploração desenfreada. Além disso, a riqueza da biodiversidade do mar dos Açores e, particularmente, das fontes hidrotermais é, já hoje, motivo de cobiça, sem que a Região tenha capacidade instalada para uma investigação científica profunda, que permita que as mais-valias deste trabalho sejam património da Região.

Neste contexto, saudámos a aprovação, no Plano e Orçamento Regional para 2015, da criação de um Centro Público Internacional das Ciências do Mar, tendo ficado o Governo Regional mandatado para negociar com o Governo da República, no âmbito dos Projectos de Interesse Comum, e nos termos Estatutários, o processo para a sua implantação, na Região Autónoma dos Açores.

Ao longo dos últimos 10 anos, o BE/Açores bateu-se pela implementação deste Centro, debateu com a comunidade científica a sua oportunidade e premência,



I Grupo Parlamentar I



solicitou pareceres e contributos diversos, pressionou (tanto quanto pôde) o poder político regional e nacional e, finalmente, congratulou-se com o facto de ver esta proposta subscrita por diferentes partidos políticos.

Era suposto que tudo fosse assim mas, afinal, não é. Falemos, então, da vida real.

Já todos/as percebemos que o 'centro' ou o 'observatório', sediado no Faial, é tudo uma mentira. E, se tivéssemos dúvidas, bastará recordarmos toda campanha eleitoral feita pelo Partido Socialista sobre este tema, durante as últimas eleições regionais, bem como a resposta do Governo Regional (poucos meses após as referidas eleições), ao chumbar a proposta do Bloco de Esquerda para operacionalizar este projecto, identificando as suas valências, recursos, estatuto, objectivos e prazos de concretização.

A este propósito, basta ter em conta as declarações do Governo Regional – através do Secretário da tutela -, justificando o referido chumbo, ou seja ' o governo Regional tinha mudado de ideias e estava a ponderar outras soluções'.

Do ponto de vista político, podemos dizer que o Partido Socialista mentiu aos/às eleitores/as. Do ponto de vista do futuro dos Açores, o Governo Regional e o Partido Socialista claudicaram, mais uma vez, perante interesses externos aos Açores.

De facto, num mundo globalizado, os Açores só poderão ter um papel de destaque e ganhos económicos significativos se tiverem capacidade para ter centros de investigação, inovação e ciência próprios. Caso contrário, não passarão de meros espectadores das diferentes mais-valias extraídas do laboratório natural que eles próprios são.

Impunha-se, portanto, que o Governo Regional se batesse por um projecto científico concreto, sediado nos Açores, a partir do qual fosse parceiro científico e não um simples arrendatário das suas riquezas naturais.

Contudo, esta falta de projecto, de ambição, de ideia de futuro é, hoje, plasmada, nessa nuvem difusa que é o chamado AIR Center. É confrangedor ouvir o Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia perorar sobre este projecto, quando não é capaz de dizer o que é que os Açores pretendem dele, como é que se



I Grupo Parlamentar I



concretiza, quais as valências concretas que aqui ficarão, nem sequer quando se concretizará. Apeetece dizer que tudo isto acontecerá (não por acaso) quando o Senhor Secretário aqui já não estiver para assumir qualquer tipo de responsabilidade.

E, entretanto, o que é que está a acontecer?

Quer nós queiramos, quer não, esta falta de projecto para o futuro dos Açores resume-se, neste momento, não a 'cartas de conforto', mas a cartas de despedimento endereçadas a parte significativa da 'inteligência' dos Açores. Bem pode o Governo Regional atirar as culpas para a Universidade e esta devolvê-las ao Governo Regional, o qual, em desespero de causa e para atamancar, declara-se disposto a colaborar, no sentido de manter os postos de trabalho dos/as investigadores despedidos.

E é isto – Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo – um projecto científico para os Açores?

Como bem percebemos, isto não é nada!

Nem um Observatório no Faial, por um lado, nem um Air Center, na Terceira, por outro, têm qualquer tipo de suporte concreto, estratégico e, menos ainda, científico, para os Açores e para o seu desenvolvimento futuro.

É esta a política do Governo Regional: esperar sentado, que as coisas aconteçam.

Quando a comunidade científica - regional, nacional e internacional – afirma, de forma persistente, que os Açores são um 'laboratório natural', ao mesmo tempo que o poder político desiste de edificar os instrumentos essenciais para transformar este laboratório num pólo de conhecimento e de economia, sucumbe a interesses externos e presta um tão mau serviço à Autonomia!

O Bloco de Esquerda tomou a iniciativa deste Debate de Urgência para dar oportunidade ao Governo Regional de, uma vez por todas, apresentar a esta Assembleia, aos produtores de ciência e aos/as Açorianos/as projectos concretos, conteúdos concretos, prazos concretos e parceiros concretos para a criação de uma real e palpável política de ciência.

Horta, 12 de Dezembro de 2017